

RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.267 - CE (2016/0280362-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : JOAQUIM GONCALVES SOBRINHO
ADVOGADOS : PAULO GERMANO AUTRAN NUNES DE MESQUITA - CE018964
FELIPE COELHO TEIXEIRA - CE020277
GUSTAVO TEIXEIRA DE OLIVEIRA - CE030115
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JOAQUIM GONCALVES SOBRINHO, na vigência do CPC/2015, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. QUESTÕES JÁ DECIDIDAS. PRECLUSÃO. TRIBUTO NÃO PAGO PELA SOCIEDADE. FATOS GERADORES NA GESTÃO DO SÓCIO. LEGITIMIDADE. REDIRECIONAMENTO DO EXECUTIVO. RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS SÓCIOS. CARACTERIZAÇÃO, *IN CASU*, DAS HIPÓTESES LEGAIS. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA. SÚMULA Nº 435/STJ.

1. A sentença julgou improcedentes embargos à execução fiscal.
2. Questões da prescrição e da decadência já analisadas em decisão proferida no processo executivo, com a rejeição da exceção de pré-executividade que tinha por objeto exatamente tais pontos, inclusive com a interposição de agravo de instrumento que teve o seu provimento negado por esta Corte Regional.
3. Nos termos do art. 917 do CPC/2016, 'nos embargos à execução o executado poderá alegar: I - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação; II - penhora incorreta ou avaliação errônea; III - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções; IV - retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa; V - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução; VI - qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento'. Os pedidos de excesso e a substituição da penhora não são assuntos a serem discutidos em sede de embargos, por ausência de previsão legal. Precedentes desta Corte.
4. *In casu*, a situação prevista no art. 135, III, do CTN foi aferida. Restou comprovado a ocorrência de hipótese para a responsabilização do sócio por créditos tributários da sociedade executada. Demonstrado que a sociedade foi dissolvida

irregularmente, em face de não ter sido a empresa localizada no endereço constante na base de dados da Receita Federal, fato esse não contestado pelo embargante.

5. O ato ilícito de dissolução irregular da empresa acarreta a aplicação do citado dispositivo. Foi demonstrado que o autor exerceu função sócio-administrativa na empresa e ter sido o responsável pelo ato que deu ensejo ao fato gerador do tributo na época de sua administração.

6. Inteligência da Súmula nº 435/STJ: 'Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente'.

7. Apelação não-provida" (fl. 151e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 135 e 156, V, ambos do CTN, sustentando que:

"4. DAS RAZÕES QUE IMPÕEM A REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA.

4.1. DA PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

A prescrição é instituto de direito material cujo escopo é impedir o exame meritório em caso de a parte tenha retardado em demasia o tempo para ingresso com a demanda judicial.

No atual posicionamento do direito processual pátrio a prescrição é matéria de ordem pública, podendo, portanto, ser reconhecida *ex officio* pelo julgador, nos moldes do artigo 332 do NCPC:

(...)

Ao decidir, em instância primária, o douto Magistrado *a quo* entendeu estar preclusa a matéria, tendo, por isto, deixado de analisá-la. Contudo, olvidou-se a referida Excelência do seguinte: a prescrição é matéria de ordem pública e, assim sendo, pode ser alegada em qualquer momento, instância e grau de jurisdição.

Ora, tal característica nos leva a uma conclusão lógica e inexorável: matérias de ordem pública, tais como a prescrição, não são alcançadas pela preclusão.

Nesse sentido é o entendimento desse Colendo STJ, como já se posicionou em diversos julgados sobre o tema, a exemplificar:

(...)

Sob tal raciocínio, imprescindível que as matérias ventiladas neste processo sejam analisadas de acordo com os apontamentos justificadores para a reforma do acórdão rebatido, quando da análise detida das irregularidades apontadas e desconsideradas pelo Tribunal *a quo*.

4.2. DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO x MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA ANTES DA LC 118/2005.

Em decorrência da inexistência de preclusão quanto à prescrição do débito tributário, levando-se em consideração que se trata de matéria de ordem pública, passa-se a discutir sobre o marco inicial da constituição definitiva do crédito tributário, o que descamba na verificação da ocorrência de prescrição.

Conforme ampla explanação nos Embargos à Execução e na Apelação, os feitos executivos combatidos foram ajuizados e despachados em data anterior à vigência da Lei Complementar nº. 118/2005 a qual alterou a redação do artigo 174, I do CTN.

Consectariamente, a aplicação retroativa da redação anterior do artigo 174 do CTN é plenamente possível, uma vez que se aduzia:

(...)

Os créditos tributários indevidamente cobrados são relativos aos exercícios de 1997/1998 e a prescrição é vislumbrada a partir do momento em que se observa que entre a constituição do débito e a citação da executada transcorreu-se mais de cinco anos, conforme a tabela abaixo:

(...)

No caso em espeque, tendo sido ajuizada a execução fiscal antes da vigência da Lei Complementar 118/2005, vale a regra antiga. Nesse sentido, os precedentes:

(...)

Portanto, preclaros Ministros, a prescrição é latente e por essa razão deve ser reconhecida de pronto, ante a expressa previsão legal e obrigatoriedade de sua aplicação quando ocorrida como no presente caso.

4.3. DA DECORRÊNCIA DE MAIS DE 05 (CINCO) ANOS ENTRE A CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO E A CITAÇÃO.

No caso em debate, está-se diante de uma inequívoca ocorrência de prescrição, ou seja, de perda do direito do Fisco em perseguir seu crédito tributário.

Compulsando os autos, percebe-se que, entre a constituição definitiva dos créditos, referentes aos exercícios de 1997/1998, e a citação do executado houve o transcurso de mais de 5 (cinco) anos, havendo, portanto, prescrição, nos termos do Artigo 174 do CTN.

Com efeito, vejamos:

(...)

Portanto, estão prescritas as CDAs que embasam as execuções acima referidas, face ao transcurso de mais de 5 (cinco) anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a citação da empresa

executada.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que, havendo o transcurso do lustro prescricional, nas execuções fiscais ajuizadas antes do advento da LC 118/2005, deve ser extinto o crédito tributário, nos termos do artigo 156, V, do Código Tributário Nacional.

Mais que isso, já pacificou a referida Corte Superior que, quando a Exequente, *in casu*, a Fazenda Nacional, deixar de diligenciar ou demorar excessivamente para requerer os meios para citação do executado, como vemos nos autos, afasta-se prontamente a súmula 106 do STJ.

Com efeito, colha-se:

(...)

Importante destacar que, nos autos do último aresto colacionado, foi deixado assente no voto do eminente relator, Sua Excelência Ministro Herman Benjamin, no julgamento do Agravo Regimental no RECURSO ESPECIAL No 1.370.278 - RS, que foi negligente a Fazenda Nacional na condução do processo executivo, sendo desidiosa para com a persecução do crédito tributário.

Portanto, resta incontestada a ocorrência da prescrição nos autos retro mencionados, face ao transcurso do lapso temporal em decorrência da desídia da Fazenda Nacional na persecução do crédito exequendo.

4.4. DO CABIMENTO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. MEIO AMPLO DE DEFESA DO DEVEDOR. DILAÇÃO PROBATÓRIA. LEGITIMIDADE.

Consoante acima exposto, os Embargos à Execução foram extintos sem resolução do mérito porque o douto julgador, em equivocada análise do caso em comento, com a fundamentação no artigo 267, VI do CPC/73, sustentando a impossibilidade de alegação de subavaliação ou excesso de penhora em sede de Embargos à Execução, aduzindo que tais questões deveriam ser suscitadas pela Embargante, ora Recorrente, nos próprios autos da Execução.

Há equívoco quando se aduz a impossibilidade de se ventilar as matérias arguidas nos embargos interpostos pela Apelante. Nesse cenário, não há que se falar em ausência de matéria útil aos embargos opostos.

Na esteira do artigo 16, § 2º da Lei 6.830/80, tem-se que:

(...)

Em vista disso, na medida em que, tendo havido a constrição de bens de titularidade do Recorrente, possível o manejo de embargos para buscar a desconstituição do gravame o qual se demonstra excessivo quanto à penhora e de pouca monta quando à avaliação do valor de mercado.

Para mais, com o advento do NCPC, o cabimento dessa defesa fica ainda mais claro quando no artigo 917 se traz as seguintes hipóteses:

(...)

Nesse sentido, imprescindível citar a lição do professor Marcelo Abelha (In: Manual de Execução Civil. 3a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 548) quando diz:

(...)

A partir desse ponto, verifica-se que poderá tal instrumento atacar tanto a penhora excessiva, quanto a subavaliação. Importante também transcrever a observação do doutrinador Cássio Scarpinella Bueno (Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. Vol. 3: Tutela Jurisdicional Executiva. 5a Ed. - São Paulo: Saraiva, 2012, item 6.2) quanto ao objetivo de tal defesa:

(...)

Quanto à suposta ausência de interesse de agir, tal hipótese também não se sustenta. O interesse de agir é o binômio de necessidade mais adequação.

Em relação à necessidade, evidente está que a prestação jurisdicional requerida é no sentido de corrigir o excesso de penhora e a subavaliação dos bens constritos, sendo, portanto, o Poder Judiciário o único meio necessário para a solução da lide.

Já a adequação, como visto em parágrafo acima, evidencia-se pela leitura dos excertos legais constantes na Lei 6.830/80 e no NCPC os quais trazem expressamente o cabimento da via eleita para impugnação das aludidas matérias.

Destarte, a inexistência de laudos de avaliação e o pedido de realização de perícia nos imóveis, ao invés de ensejarem a extinção do processo sem resolução de mérito por ausência de condição da ação, são justamente o que torna a via dos Embargos de Execução a única via autorizada pelo ordenamento jurídico processual para debater a questão. Frise-se, aliás, que o pedido de realização de perícia nos imóveis se deu justamente em função da impossibilidade financeira do apelante em arcar com as custas de uma avaliação.

A tal entendimento se alia também a jurisprudência de outros Tribunais Regionais Federais:

(...)

Por tais razões, afigura-se completamente desarrazoada a extinção do processo no que se refere a este pedido, sobretudo pelo fundamento exposto pelo julgador de planície, o de impossibilidade jurídica, nos termos do art. 267, VI, do antigo CPC.

Requer-se, portanto, a anulação da sentença neste ponto, com o reenvio dos autos à primeira instância, para prosseguimento regular da instrução processual, bem como para a análise do pleito liminar de efeito suspensivo dos Embargos à Execução.

4.5. DA INDEVIDA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DO INDEVIDO REDIRECIONAMENTO DO FEITO AO SÓCIO. DA

IMPOSSIBILIDADE DE PENHORA DE BENS DE DO SÓCIO.

Além de se desconsiderar a latente prescrição dos débitos tributários, o acórdão vergastado também ratificou o irregular redirecionamento da execução aos bens do sócio, ora Recorrente, tendo sido penhorado bem imóvel situado Av. Dr. Floro, 1430, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, reconhecendo como válida a desconsideração da personalidade jurídica no caso em espeque.

Tal fato se deu em virtude de uma suposta dissolução irregular da empresa, já que não funcionava no local no qual o oficial de justiça buscou realizar a citação.

No entanto, tal hipótese, *de per si*, não é autorizadora para a desconsideração da personalidade jurídica.

O legislador pátrio, no art. 135, do CTN, adotou a teoria maior da desconsideração, que exige a demonstração de excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatutos para a desconsideração da personalidade jurídica.

O Código Civil, no art. 50, por sua vez, também adotou a mesma teoria, exigindo desvio de finalidade (ato intencional em fraudar terceiros ou uso abusivo da personalidade jurídica), ou a demonstração de confusão patrimonial (caracterizada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação patrimonial entre o patrimônio da pessoa jurídica e dos sócios ou, ainda, dos haveres de diversas pessoas jurídicas).

A dissolução irregular da sociedade não pode ser fundamento isolado para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, não sendo esse, portanto, um dos requisitos elencados tanto pelo CTN, quanto pelo código civil no art. 50, para aplicação do mencionado instituto, vejamos:

(...)

Com essa logicidade, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é nesse sentido:

(...)

Desta forma, não havendo a demonstração de ter o executado incorrido, durante o período em que administrou a empresa, em uma das condutas mencionadas acima, não há o que se falar em desconsideração da personalidade jurídica, tampouco em redirecionamento do feito ao seu sócio-administrador, razão pela qual se demonstra claramente ilícita a constrição patrimonial do Embargante, devendo, por isto, ser reformada a r. decisão também neste ponto.

Ademais, compulsando aos autos, constata-se que no referido processo foi penhorado bem imóvel situado Av. Dr. Floro, 1430, na cidade de Juazeiro do Norte/CE. Contudo, há que se salientar que este bem é de propriedade do Apelante (sócio da empresa).

A penhora em questão se deu unicamente em função do redirecionamento ao sócio, baseado em suposta dissolução irregular da empresa, que já não mais funcionava no local no qual o oficial de justiça buscou realizar a sua citação.

Ora, conforme já exaustivamente exposto acima, a constrição de bens do sócios, fundamentada na desconsideração da personalidade jurídica, se mostra, *in casu*, indevida. Posto que, não havendo razões para o redirecionamento do feito ao sócio, não há também, por consequência, para que lhes sejam constritos os bens, devendo ser de pronto desconstituída a referida penhora, como medida da mais pura e lúdima Justiça" (fls. 158/172e).

Por fim, requer a) **ANULAR** a decisão combatida, determinando a remessa dos autos de volta ao juízo de origem, para regular tramitação do processo, inclusive com a realização da instrução e análise do pedido liminar de efeito suspensivo aos Embargos de Execução, haja vista a ausência de apreciação do pedido de substituição da penhora; b) **EXTINGUIR** as Execuções Fiscais autuadas sob os números 0000465-93.2008.8.05.8102, 0001271-02.2006.4.05.8102 e 0001282-31.2006.4.05.8102, com fulcro no art. 156, V, do Código Tributário Nacional, considerando a manifesta prescrição do direito da exequente nos autos; c) **EXCLUIR** do polo passivo da Execução Fiscal de número 0000465-93.2008.4.05.8102 o sócio da empresa executada, haja vista o indevido direcionamento daquela a este. d) Por conseguinte, **DESCONSTITUIR** a penhora realizada sobre bens de propriedade do Recorrente" (fl. 173e).

Contrarrazões a fls. 213/216e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 218e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pelo ora recorrente em face da Fazenda Nacional, com o objetivo de reconhecer a prescrição ou, alternativamente, substituir a penhora realizada sobre imóvel de sua propriedade (fl. 80e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o réu, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local, nos seguintes termos:

"As bem-elaboradas motivações esposadas pelo ilustre Magistrado singular, em sua r. sentença às fls. 74/77, encontram-se em perfeita harmonia com a posição deste Relator, pelo que as transcrevo como razões de decidir:

2.2. DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Deixo de apreciar a preliminar em razão de já ter sido objeto de pronunciamento judicial, quando do julgamento da exceção

de pré-executividade interposta no processo nº 0000465-93.2008.4.05.8102 apenso a estes autos (fls. 169/177), operando-se a preclusão sobre a matéria.

Quanto ao ponto, vale destacar ter sido a decisão que rejeitou a alegação de prescrição em referência confirmada pelo e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região ao julgar o recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo embargante, consoante se depreende dos documentos de fls. 65/66.

2.3. DO EXCESSO E DA SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA

Os embargos à execução fiscal, de acordo com o art. 745 do Código de Processo Civil, são cabíveis quando o executado alegar nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado; penhora incorreta ou avaliação errônea; excesso de execução ou cumulação indevida de execuções; retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de título para entrega de coisa certa; ou qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

O embargante requereu a substituição da penhora realizada, alegando que o bem objeto da constrição teria sido avaliado pela oficiala competente em valor muito superior ao da dívida. Ocorre que, tais matérias - o excesso e a substituição da penhora - não são assuntos a serem discutidos em sede de embargos, por ausência de previsão legal.

Nesse sentido, a jurisprudência:

(...)

Portanto, a exclusão deste objeto da lide é medida que se impõe em face da flagrante ausência de interesse processual.

2.4. DO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO

Questiona o embargante a legalidade do redirecionamento levado a efeito nos autos da execução fiscal em apenso (processo nº 0000465-93.2009.4.05.8102), alegando que para a responsabilização de terceiros por débitos fiscais seria necessária a constatação de que os sócios, gerentes e diretores da pessoa jurídica tivessem agido com excesso de poderes ou infração à lei, contrato social ou estatutos, nos termos do art. 135 do Código Tributário Nacional. Diz ainda, neste pertinente, que a dissolução irregular da sociedade empresarial, por si só, não seria fundamentação bastante para o redirecionamento.

Entretanto, a decisão que determinou o redirecionamento não merece reforma, a qual acompanha a jurisprudência pátria no sentido de que configura infração à lei, para os fins do art. 135, III do CTN, a modificação do local da sede da empresa sem a comunicação aos órgãos de controle da atividade

empresarial (Junta Comercial) e de cadastro fiscal. Tal entendimento culminou na edição da Súmula nº 435 do STJ que aduz o seguinte: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.'

No caso em tela, verificando-se a dissolução irregular da sociedade, já que a mesma não foi encontrada em seu domicílio fiscal (cf. AR de fl. 25 do processo nº 0000465-93.2008.4.05.8102) e não cuidaram os sócios de efetuar a comunicação do encerramento das atividades aos órgãos competentes, nem resguardaram bens para a satisfação das obrigações fiscais, o redirecionamento da execução deu-se nos limites da lei, não havendo que se falar em nulidade.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do embargante e, em consequência, resolvo o mérito, nos termos do art.

269, I, do CPC, devendo a execução prosseguir nos seus ulteriores termos.'

Assim, corroboro, na íntegra, as assertivas desenvolvidas no decisório supra, sendo, pois, desnecessários quaisquer acréscimos ao acima delineado.

Destarte, não hão de prosperar as alegações da parte recorrente.

Diante disso, nego provimento à apelação.

É como voto" (fls. 147/149e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, em relação ao art. 156, V, do CTN, que trata da extinção do crédito pela prescrição, verifica-se que tal dispositivo não contém comando para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, que versou sobre a preclusão da matéria, aplicando-se, a Súmula 284 do STF, por deficiência na fundamentação do Recurso Especial.

No mais, quanto à legalidade do redirecionamento da execução fiscal, tem-se que a Corte **a quo** expressamente sustentou que "configura infração à lei, para os fins do art. 135, III do CTN, a modificação do local da sede da empresa sem a comunicação aos órgãos de controle da atividade empresarial (Junta Comercial) e de cadastro fiscal. Tal entendimento culminou na edição da Súmula nº 435 do STJ que aduz o seguinte: 'Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente'."

Afirmou, ainda que, "verificando-se a dissolução irregular da sociedade, já

que a mesma não foi encontrada em seu domicílio fiscal (cf. AR de fl. 25 do processo nº 0000465-93.2008.4.05.8102) e não cuidaram os sócios de efetuar a comunicação do encerramento das atividades aos órgãos competentes, nem resguardaram bens para a satisfação das obrigações fiscais, o redirecionamento da execução deu-se nos limites da lei, não havendo que se falar em nulidade" (fl. 149e).

Dessa forma, impossível se afigura, nesta via recursal, o reexame desse juízo de fato, dada a vedação contida na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO FALIMENTAR. REDIRECIONAMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DO ART. 135 DO CTN. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Não há falar em violação do art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem resolve, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos.

2. A ausência de prequestionamento dos arts. 50 do CC e 186 e 189 do Decreto-Lei n.º 7.661/45 impede o conhecimento do recurso especial sobre a matéria neles tratada.

3. **Na hipótese de processo falimentar, este STJ possui compreensão firmada no sentido de que, esgotados os bens da sociedade empresária falida, a execução somente pode ser redirecionada para o patrimônio dos sócios gerentes quando comprovada a prática de atos com excesso de poderes ou infração à lei.** A propósito: AgRg no AREsp 295.296/RS, de minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 26/08/2013, AgRg no REsp 1.160.981/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/2010, DJe 22/03/2010 e REsp 697.115/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ 27/06/2005.

4. **A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à inexistência de demonstração de que o sócio gerente teria praticado qualquer das condutas previstas no art. 135 do CTN, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.**

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 511.471/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2014)

"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL AOS SÓCIOS. INFRAÇÃO À LEI. CRIME FALIMENTAR. REQUISITOS DO ART. 135 DO CTN. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. (...) **é possível concluir que os argumentos da recorrente no sentido de que deve haver o redirecionamento da execução pela prática de infração à lei, comprovada pela denúncia de crime falimentar praticado pelos sócios, não podem ser analisados por esta Corte, em sede de recurso especial, ante o óbice sumular nº 07/STJ, pois demandariam o reexame da esfera fático-probatória dos autos.**' (AgRg no AgRg no REsp 885414/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/04/2007, DJ 30/04/2007, p. 292) Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 424.981/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/02/2014).

"TRIBUTÁRIO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. INFRAÇÃO À LEI. CRIME FALIMENTAR. SÚMULA Nº 07/STJ.

I - Ao julgar a questão, o Tribunal de origem consignou que 'No caso concreto, a alegação de crime falimentar referente a suposta irregularidade quanto aos livros da empresa, não faz prova inequívoca de que o sócio agiu com excesso de poderes ou infração à lei, pelo que não cabe, neste momento, a responsabilização do mesmo'.

II - **Diante desse quadro, é possível concluir que os argumentos da recorrente no sentido de que deve haver o redirecionamento da execução pela prática de infração à lei, comprovada pela denúncia de crime falimentar praticado pelos sócios, não podem ser analisados por esta Corte, em sede de recurso especial, ante o óbice sumular nº 07/STJ, pois demandariam o reexame da esfera fático-probatória dos autos.**

III - Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 885.414/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJU de 30/04/2007).

Ademais, acerca da suposta ausência de interesse de agir e da impossibilidade de alegação de subavaliação ou excesso de penhora em sede de Embargos à Execução, verifica-se que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso

Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018). Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em

10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

